



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

**DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS - DMU**

## **DESTINAÇÃO DA RECEITA PÚBLICA - APLICÁVEL PARA O EXERCÍCIO DE 2015**

### **CODIFICAÇÃO UTILIZADA PARA CONTROLE DAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS:**

1º dígito: IDUSO - IDENTIFICADOR DE USO

2º dígito: GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS

3º e 4º dígitos: ESPECIFICAÇÃO DAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS

5º ao "nº" dígitos: DETALHAMENTO DAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS - **OPCIONAL**

#### **1 - IDENTIFICADOR DE USO (IDUSO)**

Código utilizado para indicar se os recursos se destinam à contrapartida nacional e, nesse caso, indicar a que tipo de operações - empréstimos, doações ou outras aplicações.

A tabela 1 identifica o IDUSO da seguinte forma:

**Tabela 1**

<b>IDUSO</b>	
0	Recursos não destinados à contrapartida
1	Contrapartida - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD
2	Contrapartida - Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
3	Contrapartida de empréstimos com enfoque setorial amplo
4	Contrapartida de outros empréstimos
5	Contrapartida de doações
6	Contrapartida de convênios

#### **2 - GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS**

Divide os recursos em originários do Tesouro ou de Outras Fontes e fornece a indicação sobre o exercício em que foram arrecadadas, se corrente ou anterior.

Os chamados “Recursos do Tesouro” são aqueles geridos de forma centralizada pelo Poder Executivo, que detém a responsabilidade e controle sobre as disponibilidades financeiras. Essa gestão centralizada se dá, normalmente, por meio do Órgão Central de Programação Financeira, que administra o fluxo de caixa, fazendo liberações aos órgãos e entidades, de acordo com a programação financeira e com base nas disponibilidades e nos objetivos estratégicos do governo.

Por sua vez, os “Recursos de Outras Fontes” são aqueles arrecadados e controlados de forma descentralizada e cuja disponibilidade está sob responsabilidade desses órgãos e entidades, mesmo nos casos em que dependam de autorização do Órgão Central de Programação Financeira para dispor desses valores. De forma geral esses recursos têm origem no esforço próprio das entidades, seja pelo fornecimento de bens, prestação de serviços ou exploração econômica do patrimônio próprio.

Nessa classificação, também são segregados os recursos arrecadados no exercício corrente daqueles de exercícios anteriores, informação importante já que os recursos vinculados deverão ser aplicados no objeto para o qual foram reservados, ainda que em exercício subsequente ao ingresso, conforme disposto no parágrafo único do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ressalta-se que os códigos 3 e 6 deverão ser utilizados para registro do superávit financeiro do exercício anterior que servirá de base para abertura de créditos adicionais, respeitando as especificações das destinações de recursos.

Nessa tabela existe ainda um código especial destinado aos Recursos Condicionados, que são aqueles incluídos na previsão da receita orçamentária, mas que dependem da aprovação de alterações na legislação para integralização dos recursos. Quando confirmadas tais proposições, os recursos são remanejados para as destinações adequadas e definitivas.

A tabela 2 identifica os Grupos de Destinação de Recursos da seguinte forma:

**Tabela 2**

<b>GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS</b>	
1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
2	Recursos de Outras Fontes - Exercício Corrente
3*	Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores
6*	Recursos de Outras Fontes - Exercícios Anteriores
9	Recursos Condicionados

**Nota:** \* Deverão ser utilizados quando houver abertura de créditos adicionais por conta do superávit financeiro do exercício anterior, combinado com a especificação da destinação.

### **3 - ESPECIFICAÇÃO DAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS**

É o código que individualiza cada destinação. Traz em si a parte mais substantiva da classificação, sendo complementado pela informação do IDUSO e Grupo de Destinação, e divide-se em Primárias e Não-Primárias.

### 3.1 - ESPECIFICAÇÃO DAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS PRIMÁRIAS

São aquelas não-financeiras, também chamadas de “destinações boas”, já que em grande parte são receitas efetivas, e que compõe o cálculo do resultado primário.

A tabela 3 identifica a Especificação das Destinações de Recursos da seguinte forma:

**Tabela 3**

<b>I - PRIMÁRIAS</b>	
<b>ESPECIFICAÇÃO DAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS</b>	
00	Recursos Ordinários
01	Receitas e Transferências de Impostos - Educação
02	Receitas e Transferências de Impostos - Saúde
03	Contribuição para Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)
04	Contribuição para Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)
05	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS
06	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos
07	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE
08	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP
09	FIA Imposto de Renda
10	Convênio de Trânsito - Militar
11	Convênio de Trânsito - Civil
12	Convênio de Trânsito - Prefeitura
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício)
19	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)
31	Transferências de Convênios – União/Assistência Social
32	Transferências de Convênios – União/Educação
33	Transferências de Convênios – União/Saúde
34	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)
35	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União
36	Salário-Educação
37	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)
38	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
39	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais
40	Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013
41	Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013
42	Outras Transferências Legais e Constitucionais – União
61	Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social
62	Transferências de Convênios – Estado/Educação

63	Transferências de Convênios – Estado/Saúde
64	Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)
65	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado
66	Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação
67	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado
68	Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado
80	Outras Especificações

**Obs. 1: Os Códigos não utilizados na tabela acima ficam reservados ao TCE.**

**Obs. 2: Os rendimentos de aplicação financeira/ Recursos da Dívida Ativa/ Multas e Juros devem ser vinculados à fonte original.**

### **3.2 - ESPECIFICAÇÃO DAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS NÃO-PRIMÁRIAS**

As destinações Não-Primárias, também chamadas financeiras, são representadas de forma geral por operações de crédito, amortizações e empréstimos e alienação de ativos.

A tabela 4 identifica a Especificação das Destinações de Recursos Não-Primárias da seguinte forma:

**Tabela 4**

<b>II - NÃO-PRIMÁRIAS</b>	
<b>ESPECIFICAÇÃO DAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS</b>	
81	Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica
82	Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde
83	Operações de Crédito Internas - Outros Programas
84	Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica
85	Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde
86	Operações de Crédito Externas - Outros Programas
87	Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica
88	Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde
89	Alienações de Bens destinados a Outros Programas
93	Outras Receitas Não-Primárias

**Nota: Os rendimentos de aplicação financeira/ Recursos da Dívida Ativa/ Multas e Juros devem ser vinculados à fonte original.**

### **4 - DETALHAMENTO DAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS – OPCIONAL (Pode ser utilizada segundo a necessidade de cada Município)**

## **5 - CONCEITUAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS PRIMÁRIAS E NÃO-PRIMÁRIAS**

### **00 - RECURSOS ORDINÁRIOS**

Recursos oriundos de receitas ordinárias, ou seja, aquelas que ocorrem regularmente em cada período financeiro, e considerados de livre aplicação pelo ente.

### **01 - RECEITAS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO**

Recursos provenientes dos impostos municipais e as transferências de impostos do Estado e União aos Municípios, destinados à educação.

### **02 - RECEITAS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - SAÚDE**

Recursos provenientes dos impostos municipais e as transferências de impostos do Estado e União aos Municípios, destinados à saúde.

### **03 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS (PATRONAL, SERVIDORES E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA)**

Recursos provenientes da arrecadação de receita das contribuições referentes ao Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social, compreendendo a contribuição patronal, de servidores e os recursos da compensação financeira entre os Regimes de Previdência, relativas aos servidores vinculados ao Fundo Previdenciário. Quando não houver segregação de massas, será utilizada para todas as contribuições ao RPPS.

### **04 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO FINANCEIRO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS (PATRONAL, SERVIDORES E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA)**

Recursos provenientes da arrecadação de receita das contribuições referentes ao Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social, quando houver segregação de massas, compreendendo a contribuição patronal, de servidores e os recursos da compensação financeira entre os Regimes de Previdência, relativas aos servidores vinculados ao Fundo Financeiro.

### **05 – APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL AO RPPS**

Recursos transferidos ao Regime Próprio de Previdência Social para cobertura do déficit atuarial do RPPS conforme plano de amortização estabelecido em lei específica do respectivo ente federativo, exceto as decorrentes de alíquota de contribuição normal e suplementar.

## **06 – RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS PELA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDOS**

Recursos diretamente arrecadados pela Administração Indireta ou pelos Fundos, que estão vinculados a algum órgão ou programação.

## **07 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE**

Recursos provenientes das receitas recebidas pelos Municípios através de transferências constitucionais da contribuição de intervenção no domínio econômico (art. 159, III c/c art. 177, § 4º, II, c, da Constituição Federal).

## **08 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP**

Recursos provenientes da arrecadação das contribuições para o custeio dos serviços de iluminação pública nos Municípios, nos termos do artigo 149-A da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 39, de 19/12/2002.

## **09 - FIA IMPOSTO DE RENDA**

Registrar as receitas provenientes de destinações de parte do Imposto de Renda devido por pessoas físicas e por pessoas jurídicas ao FIA.

## **10 – CONVÊNIO DE TRÂNSITO – MILITAR**

Recursos repassados ao Município para atendimento dos programas de trânsito (art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro). Neste código deve ser considerada a parte que corresponde à Polícia Militar.

## **11 – CONVÊNIO DE TRÂNSITO – CIVIL**

Recursos repassados ao Município para atendimento dos programas de trânsito (art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro). Neste código deve ser considerada a parte que corresponde à Polícia Civil.

## **12 - CONVÊNIO DE TRÂNSITO - PREFEITURA**

Recursos repassados ao Município para atendimento dos programas de trânsito (art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro). Neste código deve ser considerada a parte que corresponde à Prefeitura Municipal.

## **18 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO)**

Recursos provenientes de transferências recebidas diretamente do FUNDEB, pelos Municípios, independente do valor que foi deduzido no ente para a formação do fundo, destinadas à aplicação na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, em efetivo exercício.

## **19 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)**

Recursos provenientes de transferências recebidas diretamente do FUNDEB, pelos Municípios, independente do valor que foi deduzido no ente para a formação do fundo, destinados a custear despesas com a educação básica, não relacionadas no item anterior.

## **31 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS – UNIÃO/ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Recursos provenientes de convênios firmados com a União destinados a custear despesas correntes ou de capital relacionadas com a Assistência Social.

## **32 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS – UNIÃO/EDUCAÇÃO**

Recursos provenientes de convênios firmados com a União destinados a custear despesas correntes ou de capital relacionadas com a manutenção e desenvolvimento do ensino.

## **33 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS – UNIÃO/SAÚDE**

Recursos provenientes de convênios firmados com a União destinados a custear despesas correntes ou de capital relacionadas com as ações e serviços públicos de saúde.

## **34 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS – UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL)**

Recursos provenientes de convênios firmados com a União destinados a custear despesas correntes ou de capital, não relacionados à educação, saúde e assistência social.

## **35 - TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS/UNIÃO**

Recursos provenientes de transferências do Fundo Nacional de Assistência Social.

## **36 – SALÁRIO-EDUCAÇÃO**

Recursos de transferências da União para o Município, a título de salário-educação.

### **37 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE (NÃO REPASSADOS POR MEIO DE CONVÊNIOS)**

Recursos de transferências da União para o Município, referentes ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, exceto Salário Educação, e que não sejam repassados por meio de convênios.

### **38 - TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS/UNIÃO**

Recursos provenientes de transferências do Fundo Nacional de Saúde.

### **39 - FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO E TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS**

Recursos provenientes das transferências de receitas de cota parte do Fundo Especial do Petróleo, da cota-parte de royalties - compensação financeira pela produção do petróleo (anterior à Lei nº 12.858/2013) e de outras transferências decorrentes de compensação financeira relativas à exploração de recursos naturais.

### **40 - ROYALTIES DE PETRÓLEO – EDUCAÇÃO - LEI Nº 12.858/2013**

Registrar as receitas provenientes da parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural destinadas à área da educação nos termos do Art. 2º, § 3º da Lei nº 12.858/2013.

### **41 - ROYALTIES DE PETRÓLEO – SAÚDE - LEI Nº 12.858/2013**

Registrar as receitas provenientes da parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural destinadas à área da saúde nos termos do Art. 2º, § 3º da Lei nº 12.858/2013.

### **42 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS - UNIÃO**

Recursos provenientes de outras transferências da União, que não sejam repassados por meio de convênios.

### **61 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS – ESTADO/ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Recursos provenientes de convênios firmados com o Estado destinados a custear despesas correntes ou de capital relacionadas com a Assistência Social.

### **62 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS – ESTADO/EDUCAÇÃO**

Recursos provenientes de convênios firmados com o Estado destinados a custear despesas correntes ou de capital relacionadas com a manutenção e desenvolvimento do ensino.



### **63 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS – ESTADO/SAÚDE**

Recursos provenientes de convênios firmados com o Estado destinados a custear despesas correntes ou de capital relacionadas com as ações e serviços públicos de saúde.

### **64 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS – ESTADO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL)**

Recursos provenientes de convênios firmados com o Estado destinados a custear despesas correntes ou de capital, não relacionados à educação, saúde e assistência social.

### **65 - TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS/ESTADO**

Recursos provenientes de transferências do Fundo Estadual de Assistência Social.

### **66 - TRANSFERÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS DO ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**

Recursos provenientes de transferências do Estado para o desenvolvimento da educação, que não sejam repassados por meio de convênios.

### **67 - TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS/ESTADO**

Recursos provenientes de transferências do Fundo Estadual de Saúde.

### **68 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS - ESTADO**

Recursos provenientes de outras transferências do Estado, que não sejam repassados por meio de convênios.

### **80 - OUTRAS ESPECIFICAÇÕES**

Outros recursos que não se enquadram nas destinações apresentadas.

### **81 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Recursos provenientes de contratos firmados entre o Município e o Sistema Financeiro para atender programas relacionados à Educação Básica.

### **82 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE**

Recursos provenientes de contratos firmados entre o Município e o Sistema Financeiro para atender programas relacionados de Saúde.

### **83 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - OUTROS PROGRAMAS**

Recursos provenientes de contratos firmados entre o Município e o Sistema Financeiro para atender aos demais programas do Município.

### **84 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Recursos provenientes de contratos firmados entre o Município e o Sistema Financeiro de outros países para atender programas relacionados à Educação Básica.

### **85 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE**

Recursos provenientes de contratos firmados entre o Município e o Sistema Financeiro de outros países para atender programas relacionados à Saúde.

### **86 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - OUTROS PROGRAMAS**

Recursos provenientes de contratos firmados entre o Município e o Sistema Financeiro de outros países para atender aos demais programas do Município.

### **87 - ALIENAÇÃO DE BENS DESTINADOS A PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Recursos da receita de alienação de bens móveis e imóveis destinados a despesas relacionadas com a Educação Básica.

### **88 - ALIENAÇÃO DE BENS DESTINADOS A PROGRAMAS DE SAÚDE**

Recursos da receita de alienação de bens móveis e imóveis destinados a despesas relacionadas com a saúde.

### **89 - ALIENAÇÃO DE BENS DESTINADOS A OUTROS PROGRAMAS**

Recursos da receita de alienação de bens móveis e imóveis destinados a não relacionadas a educação e saúde.

### **93 - OUTRAS RECEITAS NÃO-PRIMÁRIAS**

Recursos provenientes de receitas Não-Primárias e não classificadas nos itens anteriores.

<b>De/Para Destinação de Recursos Primárias</b>	
<b>2014</b>	<b>2015</b>
00 - Recursos Ordinários	00 - Recursos Ordinários
01 - Receitas de Impostos e Transferências e Impostos - Educação	01 - Receitas e Transferências de Impostos - Educação
02 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	02 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde
03 - Contribuição para Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (Patronal, Servidores e Compensação Financeira)	03 - Contribuição para o Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (Patronal, Servidores e Compensação Financeira)
12 - Serviços de Saúde	06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos
16 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE
17 - Contribuição Para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	08 - Contribuição Para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP
18 - Transferências do Fundeb - (Aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício)	18 - Transferências do Fundeb - (Aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício)
19 - Transferências Do Fundeb - (Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica)	19 - Transferências do Fundeb - (Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica)
22 - Transferências de Convênios - Educação	32 - Transferências de Convênios – União/Educação 62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação
23 - Transferências de Convênios - Saúde	33 - Transferências de Convênios – União/Saúde 63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde
24 - Transferências de Convênios – Outros não Relacionados á Educação/Saúde/Assistência Social	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social) 64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)
42 – Royalties de Petróleo	39 – Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais
43 - Outras Especificações	80 - Outras Especificações
44 – Fundo Especial do Petróleo	39 – Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais

45 – Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	39 – Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais
46 - Programa Educação de Jovens e Adultos – PEJA	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)
47 - Apoio a Pessoa Idosa - API	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União
48 - Programa de Atenção à Criança - PAC	
49 - Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD	
50 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	
51 - Programa Sentinela	
52 – Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	
53 - Transferência de Convênios - Assistência Social	31 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social 61 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social
54 – Convênio de Trânsito – Militar	10 – Convênio de Trânsito – Militar
55 – Convênio de Trânsito – Civil	11 – Convênio de Trânsito – Civil
56 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura
57 - Serviço de Atendimento Móvel De Urgência - SAMU	38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
58 - Salário Educação	36 - Salário-Educação
59 - Programa Dinheiro Direto Na Escola - PDDE	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	
62 – Outros Recursos Do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	
63 – Bolsa Família	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União
64 – Atenção Básica	38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	
66 - Vigilância em Saúde	
67 - Assistência Farmacêutica Básica	
68 – Assistência Farmacêutica Estratégica	
69 - Medicamentos de Dispensação Excepcional	

70 – Gestão do SUS	38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União
71 – Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde – FNS	
72 – Precatórios	00, 01, 02, 03, 04 ou 06 (conforme a área de atuação que originou o precatório)
73 – Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial	05 – Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS
74 – Aporte para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS	00 - Recursos Ordinários
75 – Aporte ao RPPS – Alíquota Suplementar	03 - Contribuição para o Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (Patronal, Servidores e Compensação Financeira)
76 – Passivos decorrentes de Fusão, Cisão Ou Incorporação	00 - Recursos Ordinários
77 - FIA Imposto De Renda	09 - FIA Imposto de Renda
78 - FIA Demais Recursos	06 - Recursos Diretamente Arrecadados Pela Administração Indireta e Fundos
79 - Royalties de Petróleo - Educação	40 - Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013
80 - Royalties de Petróleo - Saúde	41 - Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013